



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Educação na zona rural: dificuldades no processo de ensino e
aprendizagem**

CLAUDIANA RAFAELA DE LIMA ARAUJO
ELIENE DA SILVA AGUIAR

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

Orientador(a):

Profa. Dra. Sandra Rodrigues de Souza

Recife, junho

2021

EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL: DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Claudiana Rafaela de Lima Araujo
Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
Claudinhatc@hotmail.com

Eliene da Silva Aguiar
Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
elyene.aguiar@gmail.com

Sandra Rodrigues de Souza
Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
elyene.aguiar@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar as diferenças, bem como as dificuldades inerentes à educação da zona rural, trazendo à tona também os avanços e os desafios atuais que fazem parte da educação neste ambiente específico. Assim, a problemática é a seguinte: Como os docentes podem enfrentar as dificuldades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem do aluno do campo? A metodologia utilizada se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo baseado no estudo de revisão de literatura, a partir dos estudos de Cunha (2009), Travessini (2015), Hage (2005) e outros teóricos. Destarte, este trabalho possibilitou verificar que existe um número significativo de alunos que não frequentam diariamente a escola por diversas barreiras que ocorrem no período letivo, sendo um dos principais motivos o trabalho nas lavouras, pois desde a mais tenra idade, as crianças precisam ou são obrigadas por seus pais a trabalhar na roça e na criação de animais. Além de todas as dificuldades que são encontradas no âmbito do ensino rural, a maioria de suas turmas são multisseriadas, devido ao pequeno número de professores e também devido ao fato das escolas terem um déficit de sala de aulas para suprir as demandas das séries existentes. Tais fatores contribuem para a redução da qualidade do ensino neste modelo, intensificado pela heterogeneidade existente decorrente de faixas etárias diversas de alunos, os quais convivem com a ampla diversidade de conteúdos abordados no mesmo espaço de ensino e aprendizagem. Apesar de todos os desafios existentes no meio escolar rural, a maioria dos profissionais envolvidos apresentam interesse de inovar ou adaptar estratégias para aprimorar e ter mais alcance no que se é proposto ao ensino, visando a melhoria no aprendizado. Portanto, mesmo com os avanços da educação do campo no Brasil, ainda há as dificuldades e os desafios, os quais são enfrentados dia após dia para que se tenha um ensino que atenda as necessidades dos estudantes da zona rural.

Palavras-chaves: Educação rural; desafios da educação no campo; processo de ensino e aprendizagem na educação rural.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem como objetivo trazer à tona as dificuldades inerentes à educação da zona rural, evidenciando também, os avanços e os desafios atuais que fazem parte da educação neste ambiente específico. Além disso, tem a seguinte problemática: Como os docentes podem enfrentar as dificuldades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem do aluno do campo? No que diz respeito à metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo baseado no estudo de revisão de literatura.

A priori, cumpre dizer que a educação tem um poder transformador, revolucionário, no tocante a vários aspectos da vida, como o pessoal, o financeiro, o psicológico, etc. Neste diapasão, consegue-se visualizar a relevância da educação na vida de todos que a recebem, bem como na vida de todos que dela fazem parte, uma vez que a educação acontece por intermédio de toda uma comunidade escolar que se reúne em prol do alcance do aprendizado dos alunos, os quais são os protagonistas desse processo. (DURKHEIM, 1955)

Ademais, a educação se trata de um direito fundamental, um direito social que se encontra elencado nos artigos 6º e 205 da Constituição da República do Brasil de 1988, *in verbis*:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Salienta-se que a educação auxilia não apenas no desenvolvimento de um país, mas precipuamente também, no desenvolvimento de cada indivíduo, que ao se somar com os demais, formam uma nação. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego, mediante a aquisição de conhecimentos técnicos. A educação coloca o indivíduo que a recebe/possui numa posição que o torna um ser mais atuante em sua sociedade, como protagonista de sua própria vida, com finalidades e interesses próprios. (FREIRE, 2011)

Frisa-se que, por intermédio da educação, garante-se o desenvolvimento social, econômico e cultural. Nesse ínterim, Freire (2011, p. 65) afirma que, *ipsis*

litteris:

A educação é processo sociolibertador, e se faz verdadeira pedagogia capaz de construir a nova cultura, a nova política, a nova história na práxis dos (as) educandos (as) como sujeitos: Práxis amorosa que nasce da nova lei, centrada na ética em favor da vida e do respeito às diferentes culturas, que organiza o povo, promove a autonomia e a liberdade possibilitando a esperança em sonhar e realizar um novo mundo, mais justo, bom e humano para todos e todas.

Por ser um direito de todos, a educação deve estar presente em todos os âmbitos da sociedade: nos grandes centros urbanos, nas periferias, bem como no meio rural. Assim, a educação na zona rural procura atender a população do campo de forma a garantir o ensino das crianças e adolescentes, sem que os mesmos precisem se deslocar do local onde moram (sítios e comunidades) para a cidade, evitando assim, o cansaço decorrente do traslado para a cidade e facilitando o acesso às escolas. (GODOY; FERRARI, 2011)

No entanto, apesar de todos os esforços, o ensino da zona rural se diverge do ensino da zona urbana, pois há bastante precariedade em vários aspectos, como a escassez de materiais, a insuficiência de professores, a ausência de estrutura física, etc. É fato que a ausência de estrutura física e de materiais, acarreta uma grande parcela de inferioridade ao ensino, mas mesmo assim, com toda a precariedade existente, há uma história de muitas lutas, de conquistas e de vitórias nas escolas da zona rural. (LEITE, 1999)

Segundo Leite (1999), a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a um plano inferior e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e na interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente pela expressão “gente da roça não carece de estudos”, como se os camponeses não tivessem também direito a uma educação de qualidade.

Historicamente, as políticas públicas para a chamada “educação rural” estiveram vinculadas a projetos conservadores e tradicionais de ruralidades para o país. Em geral, centravam-se no agronegócio, no latifúndio, no agrotóxico, nos transgênicos, na exportação e na exploração indiscriminada dos recursos naturais, sendo marcadas, profundamente, pelo abandono e pelos tropeços do poder público. (LEITE, 1999)

Tais paradigmas direcionam as políticas e práticas educativas efetuadas no

meio rural, tornando-se assim, agentes da exclusão social e educacional, estando fragmentado de modo sociocultural dos demais habitantes residentes na zona urbana. Inevitavelmente, estes paradigmas históricos contribuem para a negação dos direitos, histórias, sonhos, gestos e identidade dos sujeitos. (LEITE, 1999)

Os desafios na educação rural no Brasil ainda é uma realidade, mesmo diante dos avanços consideráveis na concepção de educação do campo, muitas melhorias precisam acontecer para que haja a plena eficácia no ensino da zona rural. Portanto, nesse sentido, realiza-se um breve resgate das características, definições e atribuições desses modelos de educação, numa perspectiva de compreender seus fatos históricos, sociais e políticos, o papel da educação e da escola na zona rural diante de tais contextos, com abordagem acerca das intencionalidades e das causas presentes nos bastidores da oferta da educação rural e suas principais implicações na vida desta população. (LEITE, 1999)

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A importância das escolas na zona rural

O tipo de educação voltado à especificidade do ensino rural foi mudando ao longo do tempo. No passado, a educação rural era vista de forma predominante como algo que atendia a uma classe da população que aquém da classe urbana, no que diz respeito a seara tecnológica, social. A população camponesa era composta por pessoas subordinadas, que viviam a serviço da população dos centros urbanos. (ROSA; CAETANO, 2008).

Esse tipo de educação predominou até a segunda metade do século XX, período em que não havia uma preocupação com a cultura e com os costumes do homem do campo. Isso significa dizer que a educação voltada para as pessoas do campo era fora da realidade na qual a escola estava inserida. O que se pretendia tão somente era formar pessoas para o mercado de trabalho urbano, fato que contribuiu e muito para o chamado êxodo rural, que se trata da saída dos habitantes do campo para a cidade, em busca de trabalho, isso por conta da falta de valorização da cultura camponesa, pois muitos dos materiais didáticos eram voltados para a realidade urbana, ou seja, uma pedagogia distanciada da realidade camponesa, sem qualquer significação para os alunos do campo. (ROSA; CAETANO, 2008)

É relevante evidenciar que, até a década de 1950, não havia um investimento para a educação do campo, fato que comprometia sensivelmente a qualidade educacional, bem como o desenvolvimento dessas escolas rurais no mesmo patamar de igualdade que as escolas urbanas. Não havia uma preocupação com o homem do campo e com o seu desenvolvimento, e sim, a escola rural era identificada e evidenciada pela sua localidade geográfica e não pelas pessoas que lá viviam. (ROSA; CAETANO, 2008)

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas de Campo (Resolução CNE/CEB nº1/2002) os professores com formação no âmbito urbano que atuavam nas escolas rurais, “desenvolviam um projeto educativo ancorado em formas racionais, valores e conteúdos próprios da cidade, em detrimento da valorização dos benefícios que eram específicos do campo” (BRASIL, 2002, p. 270). Tal fato, sem dúvida ocasionava uma prática educativa desvinculada da realidade dos educandos camponeses, tornando-se uma prática sem significação para os mesmos, prejudicando sobremaneira o êxito do processo de ensino e

aprendizagem dos discentes do campo.

Com relação à mudança da educação na zona rural, consta que essa começa a se intensificar a partir da segunda metade do século XX, por meio de reivindicações de movimentos sociais e da sociedade civil, que desejavam uma educação voltada para os interesses e necessidades da população do campo, bem como uma educação que valorizasse a cultura e a identidade dessa população. (TRAVERSINI, 2015)

Tais reivindicações tinham como principal objetivo a adequação do ensino à realidade dos alunos e que os tratassem não mais como subordinados dos habitantes dos grandes centros urbanos, mas sim como indivíduos que assim como os demais, merecem, precisam e têm o direito a ter uma educação de qualidade, que os transforme para melhor, que os inclua na sociedade. Notavelmente, em tais movimentos havia o desejo de uma educação inclusiva e autônoma. (TRAVERSINI, 2015)

Na I Conferência Nacional por uma educação do campo, no ano de 1998, a expressão campo passa a substituir o termo rural, uma vez que, em decorrência da modernização e do avanço da globalização, o termo campo dá uma abrangência maior para as sociedades diversas que habitam as regiões do país que não se dizem urbanas. (ROSA; CAETANO, 2008)

Destarte, a educação do campo deve ser aquela baseada em práticas educativas e pedagógicas que estejam de acordo com a realidade da população camponesa, bem como que levem em conta a cultura, a identidade e as tradições das pessoas que vivem no âmbito rural. Observa-se que é uma educação que surge em resposta aos movimentos sociais do campo que sempre buscavam uma educação condizente com a vida e com os hábitos dos alunos da zona rural, respeitando a sua identidade e dignidade, que se adequasse à realidade e aos interesses da população. (ROSA; CAETANO, 2008)

Segundo Rosa e Caetano (2008, p.23) :

“Com a implantação do conceito “educação do campo”, ocorre uma inclusão e consequente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo-lhes oportunidade de participarem, por meio de suas experiências, de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais democráticas e solidárias (grifo nosso).”

A educação do trabalhador rural ou a educação do campo tem acompanhado essa discussão, não só por parte do poder público, mas também por parte dos movimentos sociais, sempre atuantes desde então. Um destes movimentos é o intitulado “por uma Educação do Campo”, encabeçado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), que tem proposto uma nova forma de educar a fração da classe trabalhadora que habita no campo, por meio de conteúdos específicos para o meio rural, fazendo a apologia de uma pedagogia que vise à fixação do homem no campo, prezando por sua valorização e respeito, evitando assim, o chamado êxodo rural, que foi tão presente na população brasileira nas décadas de 1960 e 1970. (ROSA; CAETANO, 2008)

No tocante às dificuldades do aluno aprender, não há uma causa única, ela pode ser determinada por vários fatores, e é deste pressuposto que se parte para realizar a pesquisa, buscando encontrar possíveis respostas para o que vem causando as dificuldades de aprendizagem dos alunos da escola do campo. (HAGE, 2005)

As dificuldades, muitas vezes, podem estar relacionadas a problemas familiares, a condições socioeconômicas e culturais, entre outros fatores. Na maioria das vezes é o professor quem identifica que os alunos estão enfrentando dificuldades, pois ele é o primeiro a perceber seu desenvolvimento escolar, sua autoestima e seu humor perante as atividades, a motivação, a dificuldade e o incômodo em realizar as tarefas escolares; essas crianças podem se autodeterminar incapazes de realizar aquela tarefa, decorrente, em sua maioria, pela falta de estímulo dos pais, levando o aluno a se frustrar e a pensar que não é capaz. (HAGE, 2005)

2.2 Estratégias didáticas e pedagógicas utilizadas nas escolas da zona rural

Quando se fala em educação no campo, ainda há um preconceito velado por parte da sociedade, pelo fato de acharem que o homem do campo é atrasado, que está aquém do seu tempo. Isso tem origem histórica que desponta desde os tempos coloniais e imperiais, mas que ainda existe e ir de encontro a este estigma é um dos principais desafios. (HAGE, 2005)

Em decorrência deste estigma, a educação rural, no primeiro momento, constitui-se numa ação “compensatória”, pois trata os sujeitos do campo como

incapazes de tomar suas próprias decisões. Acredita que os alunos camponeses são indivíduos que apresentam restrições, limitações, devido às poucas oportunidades que tiveram na vida e pela escassez de conhecimento que possuem. Quando, na verdade, a educação no campo deve se constituir em uma ação de cunho “emancipatório”, que liberta, incentiva os alunos do campo a terem autonomia, a serem autores de suas próprias vidas e histórias, pois emancipar significa romper com a tutela do outro sobre si, passando o sujeito a viver conforme seus interesses e necessidades. (HAGE, 2005)

Para Durkheim (1955), a educação seria o meio mais eficaz para “tirar da criança a condição de tábua rasa e transformá-la em um ser social”. Assim, o processo de socialização também é crucial para se analisar o papel da escola na sociedade. Sendo assim, a educação voltada para a educação do campo deve ser de qualidade visando à socialização do educando, visando a sua inserção na sociedade, com o fito de afastar o paradigma que as pessoas do campo são atrasadas, matutas, tímidas, sem cultura ou outros adjetivos de caráter pejorativo.

Desta feita, percebe-se que os espaços pedagógicos de formação não são tão somente as salas de aula, mas, principalmente, a família, um dos precípuos locais que são fundamentais para a formação do ser humano, além da convivência social, cultural e outros serviços de produção de conhecimento. (QUEIROZ, 2004)

Nesta perspectiva, o meio escolar e o meio familiar/produtivo se aproximam e passam a ser locais de construção da prática e da reflexão teórica, tornando-se estratégia de escolarização, possibilitando às crianças e adolescentes que vivem no campo, unir a formação escolar com as atividades e tarefas do cotidiano familiar, sem se desvincular da família e do meio sociocultural rural. (QUEIROZ, 2004)

Assim, por meio da Escola do Campo é possível desempenhar um trabalho voltado para a realidade dos alunos, mas que simultaneamente, insira-os na sociedade, formando alunos aptos para serem pessoas críticas e atuantes, mas o mais relevante: a educação construída conforme a realidade dos alunos que vivem no campo faz com que eles continuem trabalhando no campo. (CUNHA, 2009)

Segundo Cunha, (2009):

Tais estereótipos são criados pelo *ethos* da sociedade brasileira em relação ao camponês visto como sendo aquele que pertence ao mundo atrasado. A partir de um estudo fundamental de Martins (1975) o camponês é visto como o Jeca Tatu que precisa se adequar e se integrar ao sistema social do mundo urbano que hoje é o mercado. Desencadeia-se por meio da relação entre urbano-rural uma situação

de dependência e fetiche construída pelas relações políticas e pelo modo de produção. É preciso romper com essa visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado) que gera a dominação do urbano sobre o rural e recriar uma concepção de dependência mútua, onde um não sobrevive sem o outro. (CUNHA, 2009, p.225)

Portanto, deve-se pensar que a educação pautada na identidade, fortalece ainda mais a cultura. Neste sentido, valorizar e preservar as culturas locais por meio da educação seria um dos pontos para defesa desse território imaterial e garantir a manutenção do território material, onde se dá a produção e reprodução da vida. . (QUEIROZ, 2004)

2.3 Principais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem na Educação do campo

A educação no campo sofreu diversas modificações ao longo dos anos, como a adequação dos planos de aula à realidade dos alunos camponeses, após muitas lutas, visando a exclusão da concepção de que estes alunos seriam subordinados à população dos grandes centros urbanos ou que não teriam a capacidade de aprender. (HAGE, 2005)

Notavelmente, a educação no campo passou a ser mais valorizada em decorrência das modificações surgidas conforme as necessidades da família rural. As escolas e professores passaram a usar os conhecimentos adquiridos pelos alunos para montar os seus planos de aula, fazendo o uso da realidade dos discentes para o desenvolvimento da aprendizagem construída por meio dos conhecimentos adquiridos pelos mesmos no cotidiano, cotidiano este que não é mais o mesmo de vinte anos atrás, pois a modernidade e a tecnologia já chegaram até o meio rural, fazendo com que a família tenha uma vida melhor e com qualidade de vida. (HAGE, 2005)

Todavia, hodiernamente, ainda há muitas barreiras que precisam ser derrubadas, ainda há muitos desafios que precisam ser enfrentados, para que haja a plena eficácia do aprendizado desses alunos. As dificuldades dizem respeito a ausência de uma boa estrutura física das escolas e de materiais, insuficiência de professores, falta de estímulos dos pais, necessidade dos alunos terem que trabalhar na roça, além da existência das denominadas salas multisseriadas, que decorre do primeiro motivo elencado. (GODOY; FERRARI, 2011)

A educação no ambiente rural, mesmo com todos os avanços, ainda está a

desejar, ainda há muitas barreiras a serem derrubadas, uma vez que as políticas públicas educacionais voltadas ao segmento ainda são escassas. Os discentes, na maioria das vezes, estudam em salas multisseriadas, salas estas compostas por alunos de diversas faixas etárias, de diversos anos e com conteúdos diversos, o que além de prejudicar o aluno, não facilita o trabalho do professor, que necessita planejar aulas diversas. Infelizmente, em alguns municípios, ainda há a falta de apoio das secretarias municipais de educação, fazendo com que o professor trabalhe sozinho literalmente, sendo, até mesmo, responsável pela escola, assumindo também, o papel de gestor. (GODOY; FERRARI, 2011)

Caldart (2002) apresenta a Educação do Campo como:

[...] a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (2002, p.26).

Portanto, a escola, o que inclui os gestores, os professores e toda a comunidade escolar, deve se pautar numa educação no campo que tenha como finalidade ser desenvolvida, construída e pensada desde o lugar do discente, que utiliza o método de história de vida, a valorização da identidade, do meio sociocultural. Assim, Estas histórias são contadas pelos alunos a partir da realidade e o meio em que eles vivem e vivenciam. (CALDART, 2002)

3.METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e foi realizada por intermédio de revisão bibliográfica, evidenciando as maiores dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem na zona rural.

Segundo Bogdan e Biklen (1982, *apud* Ibíd. p.13) destaca que:

A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

De acordo com Gil (1999, p.94). “os métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

A pesquisa qualitativa do presente trabalho tem como método a revisão de

literatura, o que inclui: livros, artigos de periódicos, teses e dissertações dos últimos cinco anos de publicação.

Para análise do problema norteador desta pesquisa teve como base tres categorias teoricas já analisadas por autores aprovados pela comunidade científica, 1 - educação nas escolas rurais e o desenvolvimento humano, 2- estratégias didáticas adotadas na escola rural e 3- processo de ensino aprendizagem nas escolas rurais.

De acordo com Gil (2002) a investigação científica que aborda como direcionamento metodológico a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por contribuições já elaboradas por pesquisadores e explanadas em suas obras.

A tabela 1 traz uma síntese para entendimento do percurso metodológico de acordo com o objetivo geral e os específicos.

Tabela 1: síntese dos percurso metodológico

Objetivo Geral Analisar as principais dificuldades encontradas no ensino nas escolas da zona rural	Objetivos Específicos	Categorias teóricas	Técnica de coleta de dados	Análise de dados
	Reconhecer a importância das escolas na zona rural	Categoria 1 O papel da Educação nas escolas rurais para o desenvolvimento humano, profissional, sócio e econômico na Zona Rural.	Pesquisa bibliográfica	Análise para interpretar os dados de acordo com a categoria 1
	Identificar as principais estratégias didáticas e pedagógicas utilizadas nas escolas na zona rural.	Categoria 2 Estratégias didáticas e pedagógicas adotadas nos últimos cinco anos.	Pesquisa bibliográfica	Análise para interpretar os dados de acordo com a categoria 2
	Caracterizar as principais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem nas escolas da zona rural	Categoria 3 Acesso a escolas e ao material didático. Estratégias de ensino inadequadas utilizadas nas escolas rurais.	Pesquisa bibliográfica.	Análise para interpretar os dados de acordo com a categoria 3

4.DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É importante se ter uma compreensão maior da necessidade de uma aprendizagem que alcance as necessidades principais desses alunos e visualizando também o contexto de onde eles vivem, pois sabemos que a realidade das escolas da zona rural e de sua infraestrutura é bem precária e desestimulante, pois os recursos são bem limitados e o funcionamento não são tão bons.

De acordo com Rosa e Caetano (2008) no ambiente rural não há uma preocupação para discutir os pressupostos-teóricos e metodológicos necessários para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra, adotando como base os modelos tradicionais enraizados em convicções pré-estabelecidas vista na cultura urbana bem diferente da realidade das escolas rurais.

No ápice do denominado êxodo rural, que se trata da migração das pessoas que moram no campo para a cidade, em busca de melhores condições de trabalho, entre as décadas de 60 e 70, surgiram reivindicações por parte de movimentos sociais e da sociedade civil, as quais tinham como pauta a valorização da cultura e da identidade dos alunos do campo.

Conforme Travessini (2015), os movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) e a sociedade de um modo geral, tinham como precípua finalidade a adequação da educação à realidade dos alunos do campo, visando uma educação inclusiva e autônoma, que não mais os tratassem como “matutos”, atrasados ou subordinados dos habitantes da cidade, mas sim como pessoas que assim como os demais, têm o direito a ter uma educação de qualidade.

Assim, neste contexto são verificadas várias dificuldades que afetam não só a aprendizagem dos alunos, mas também o trabalho dos professores que precisam dar seu próprio jeito para conseguir dar aula, tendo em vista a precariedade da estrutura física, a falta de materiais didáticos, além da denominada sala multisseriada.

Tais problemas vão totalmente de encontro com o que está disposto nas Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas de Campo (Resolução CNE/CEB nº1/2002), *in verbis*:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade

com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

Desta forma, os docentes ficam limitados e desinteressados acabam não conseguindo repassar um ensino que seja eficaz e que estimule os alunos para que eles possam assimilar e absorver de forma natural todo o conhecimento garantindo a permanência dos mesmos na escola.

A realidade desses alunos reflete muito na aprendizagem, dificultando a assimilação dos conteúdos; somado a isto, alguns alunos necessitam trabalhar na roça ou na criação de animais para ajudar os pais. Desta forma, caso não haja uma qualidade de ensino que ajude no crescimento da aprendizagem desses alunos, infelizmente, os índices de desistência e analfabetismo serão ainda mais latentes.

Conforme Queiroz (2004), a escola deve estar imersa no meio familiar/produtivo, objetivando a construção eficiente e eficaz de local de aprendizagem onde se desenvolva a prática e a reflexão teórica, tornando-se, assim, uma estratégia de escolarização e também de socialização, possibilitando aos educandos que vivem no campo, unir a formação escolar com as atividades e tarefas do dia a dia, sem que percam a identidade e a cultura inerentes ao meio sociocultural rural.

O professor sempre tem que diversificar sua *práxis* docente, para não tornar as aulas monótonas, entediantes e repetitivas. É sempre relevante que sejam observadas as dificuldades permeadas na sala de aula e que se busquem uma didática que supra as necessidades desses alunos, mas observando sempre sua individualidade.

Destarte, faz-se necessário proporcionar ambientes de aprendizagem com espaço para reelaboração dos conhecimentos aprendidos e a produção de novos conhecimentos, que poderão ser necessários para capacitar os indivíduos para lutas de transformação do ambiente em que vivem.

Conforme Caldart (2002), a educação do campo deve representar as lutas e as conquistas do povo do campo aliadas ao direito à educação inerente a todos, mediante a valorização do local onde o educando vive, mediante a sua história de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todos os avanços no ensino da educação no campo, ainda há muito

a ser feito, ainda há muitas estratégias a ser pensadas e desempenhadas, visando a melhoria da qualidade do ensino. A realidade do ensino nas escolas da zona rural não é algo fácil, que mudará rapidamente, pois o ensino neste ambiente, além de apresentar as dificuldades que surgem no processo de ensino de um modo geral, há situações peculiares do contexto rural que necessitam de um desenho pedagógico e didático aplicados ao contexto social vivido pelo aluno, contribuindo, assim, para a enculturação do conhecimento.

Conhecer a realidade do local é algo primordial para poder estabelecer uma educação adequada a todos, uma vez que, historicamente, a educação rural passou por diversas negações até que a luta dos movimentos sociais do campo e da intelectualidade brasileira construísse uma nova concepção.

De fato, o que se espera é que os discentes oriundos de escolas rurais sejam reconhecidos como sujeitos capazes, pensantes e atuantes na sociedade em que vivem, deixando de lado os estereótipos nos quais os mesmos foram associados no decorrer da história brasileira.

Ademais, é primordial destacar a importância do envolvimento familiar em todo o contexto escolar, pois por meio do apoio familiar, o aluno consegue alcançar as competências necessárias para que haja um aprendizado eficiente e eficaz, angariando, assim, a realização profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2021.

CALDART, R. S. **Sobre educação do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.) Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009.

CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. A Relação Família – **Escola Rural do Campo: os desafios de um objeto em construção**. Temo In: AGUIAR, Marcia Angela da S (org.). Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009. V. 1, p. 213-34.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GODOY, Vanessa Noll; FERRARI, Ana Josefina. **Aprendizagem na educação do campo**. Universidade Federal do Paraná Setor Litoral. Curitiba: 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54421/R%20-%20E%20-%20VANESSA%20NOLL%20GODOY.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 jun. 2021.

HAGE, Salomão. **A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. Texto apresentado no I Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/ 2005.

LEITE, S. **Escola rural**: urbanizações e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

QUEIROZ, L. R. S. **Educação musical e cultura**: singularidade e pluralidade cultural no ensino e aprendizagem da música. Revista da Abem, Porto Alegre, n. 10, p. 99-107, 2004.

ROSA, D. S.; CAETANO, M. R. **Da educação rural à educação do campo**: uma trajetória, seus desafios e suas perspectivas. Disponível em: <http://www.portaltrilhas.org.br/download/biblioteca/da-educacao-rural-a-educacao-docampo.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SCHWENDLER, S. F. **Principais problemas e desafios da educação do campo no Brasil e no Paraná**. In: Cadernos temáticos: educação do campo. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, 2005.

TRAVESINI, D. M. **Educação do Campo ou Educação Rural?** Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu, PR. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/383>. Acesso em 21 maio 2021.